



A ÉTICA DE CALVINO QUANTO AO TRABALHO

Mauricio de Castro e Souza

Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Professor de Ética e Cidadania na mesma universidade.

E-mail: maurico.souza@mackenzie.br

RESUMO

Calvino, ao tratar dos assuntos referentes à sua época em Genebra, não se preocupa apenas com questões teológicas, mas entende que não se pode tratar de teologia sem cuidar também dos aspectos sociais. Nesse sentido, ele resgata o real sentido do trabalho, tido como maldição em sua época. Calvino mostra que o trabalho é uma benção e que o homem deve usar sua vocação para a glória de Deus e também para o benefício da sociedade. Entende também que, em uma sociedade, sempre haverá pobres e ricos e que estes devem viver de tal forma que possibilitem a assistência aos necessitados. Para isso, Calvino recomenda uma vida frugal, em que o ser humano, ao viver com moderação, poderá não apenas se precaver para uma época de penúria, mas também terá como ajudar seu próximo.

PALAVRAS-CHAVE

Trabalho; Idade Média; Genebra; Ociosidade; Desemprego.

1. INTRODUÇÃO

Ao estudarmos sobre ética, percebemos a diferença entre esta e a moral. A moral se relaciona aos costumes de uma sociedade. Algo pode ser moral em determinado grupo social, mas não em outro. Já a ética refere-se a costumes universais, ou seja, o que é ético em um local assim será em qualquer outro lugar do mundo.

Nesse sentido, podemos entender a ética de Calvino quanto ao trabalho, pois compreende que nossa postura deverá ser igual em qualquer lugar em que estivermos. Assim, devo, com meu trabalho, glorificar a Deus e também ser veículo de bênção para meu próximo. Devo estar consciente de que meu trabalho deve ser realizado para Deus, independentemente de meu patrão, chefe ou contratante estar presente ou não, pois isso não mudará meu comportamento.

Com certeza, Calvino sofreu dificuldades ao se pronunciar contra os costumes de sua época, pois, naquele momento, o trabalho era tido como maldição e castigo, ensinamento largamente difundido pela Igreja, que também ensinava que aos clérigos era destinada à ociosidade, pois estes deveriam se preocupar com as meditações e, assim, não deveriam trabalhar, sendo sustentados pela classe mais baixa da sociedade, que obviamente era a grande massa da população, a população pobre.

Ao manifestar seus conceitos bíblicos, ou melhor, ao resgatar o real sentido do trabalho, Calvino proporcionou condições de mudança social, desenvolvimento e progresso. É certo também dizer que Calvino não estava preocupado com uma mudança mundial, mas apenas com os refugiados que chegavam a Genebra, pois estes deveriam ter condições de trabalhar e prover o próprio sustento.

Assim, este artigo se propõe a mostrar esse pensamento e a maneira como os homens deveriam viver em sociedade, de forma a que todos fossem beneficiados. Antes, porém, precisamos conhecer um pouco desse reformador.

João Calvino nasceu na cidade de Noyon, na Picardia, em 10 de julho de 1509. Era o quarto filho do casal Gérard e Jeanne Calvin. Antes dele, nascera Charles. Depois, vieram mais dois, que morreram na infância, e, por último, seu irmão mais novo, Antoine. Quanto à sua família, temos:

Seu pai, Gérard Cauvin, era de origem humilde; sua mãe, Jeanne Lefranc, uma senhora piedosa, proveniente de família abastada, morrendo quando Calvino tinha uns 5 ou 6 anos. Como Gérard era secretário apostólico de Charles de Hangest – bispo de Noyon (1501-1525) – e procurador fiscal do município, a sua família mantinha íntimas relações com as famílias nobres de sua região (COSTA, 2004, p. 89).

Calvino conheceu bem de perto a Igreja de sua época. Sua mãe, uma mulher piedosa, instruía-o nos ensinamentos da Igreja, e seu pai, advogado, cuidava de todos os interesses dos clérigos. A casa em que moravam também era o escritório do pai. Desde cedo, Calvino conheceu os dois lados da Igreja, aquilo que ela ensinava, como a vida piedosa de sua mãe, e o que praticava, como o trabalho de seu pai.

Seus olhos [da mãe de Calvino] ainda estavam embaciados pela emoção das suas confissões. Seus lábios mal haviam cessado suas preces aos santos. Consideravam-na mulher piedosa. [...] Entram de mansinho, porquanto o lar era um escritório também. [...] Os homens que trabalhavam para a igreja estavam sempre entrando e saindo por esta porta. [...] Estavam sempre querendo mais coisas para si mesmos. Queriam ficar mais ricos, mais admirados, mais acomodados (HALSEMA, 1968, p. 9-12).

Na infância, Calvino cresceu junto com os sobrinhos do bispo Charles Hangest, membros de uma das famílias nobres da região. Além desse convívio, estudou com eles “sob a direção de um tutor particular. Mais tarde acompanhou-os ao Collège des Capettes, um educandário para meninos” (HALSEMA, 1968, p. 14), mesmo não pertencendo à classe aristocrática. De acordo com Cerni (1995, p. 59), Calvino teve “uma refinada educação em sua juventude”, o que certamente lhe foi útil no futuro.

Aos 12 anos, graças à influência do pai, Calvino recebeu um benefício do bispo de Noyon, o que possibilitou continuar seus estudos em Paris. Naquela época, receber benefícios financeiros era algo comum, algo que se fazia em prol de familiares. Mesmo que menores e impossibilitados de serem favorecidos, segundo George (1994, p. 169), “o sistema de outorgar benefícios a parentes e amigos era um dos abusos mais comuns na igreja”. Chegou a Paris em 1523, então com 14 anos de idade, e, graças às ações de seu pai, foi estudar na mais famosa universidade da Europa. O objetivo de seu pai era dar-lhe estudo, a fim de que pudesse continuar na Igreja e, assim, manter as vantagens que ela lhes proporcionava.

Posteriormente, Calvino, acompanhado de alguns amigos, filhos de nobres de sua terra natal, foi para Paris, onde recebeu seu treinamento para o sacerdócio, estudando alguns meses no

Collège de la Marche (Humanidades e Latim) (agosto de 1523), tendo como mestre humanista Maturinus Corderius, e depois, foi para uma escola menos requintada em seus costumes e mais dura em sua disciplina e de orientação escolástica: *Collège de Montaigu* (Gramática, Filosofia e Teologia) (1524) – por onde também passaram Erasmo de Roterdã e Rabelais – estudando sob a direção de um mestre espanhol grandemente competente. Aqui dá-se algo curioso: “Em fevereiro, 1528, Inácio de Loyola, o fundador da ordem dos Jesuítas, entrou na mesma faculdade e estudou sob o mesmo professor. Os líderes das duas correntes opostas no movimento religioso do século 16 viveram muito próximo, debaixo do mesmo telhado e se sentando à mesma mesa. [...]” (COSTA, 2004, p. 90).

Mas Calvino foi obrigado a interromper a sequência de seus estudos. Inicialmente, ele foi enviado para Paris, a fim de estudar teologia, como era o propósito de seu pai, pois, até então, estar a serviço da Igreja lhe garantiria o sustento por toda a vida. Porém, antes mesmo do término de seu curso, seu pai já não contava com as graças do bispo e, percebendo que a carreira de advogado poderia render a seu filho maiores benefícios, Gérard Cauvin o encaminhou para a cidade de Orleans, com o propósito de estudar Direito. Eis os motivos:

Em 1528, Calvino deixou tudo isso para trás quando, por ordem de seu pai, foi de Paris a Orleans para dedicar-se a uma nova disciplina, o estudo de Direito. Gérard Cauvin não gozava mais das boas graças do capítulo da catedral de Noyon e, enfrentado a velhice, também percebeu que seu brilhante filho teria melhores possibilidades de obter maior renda como advogado do que como servo da igreja (GEORGE, 1994, p. 170).

O próprio Calvino (1999, p. 37-38) comenta essa fase de seus estudos, os propósitos paternos, a mudança nos planos, o que ele faz por obediência a seu pai:

Quando era ainda bem pequeno, meu pai me destinou aos estudos de teologia. Mais tarde, porém, ao ponderar que a profissão jurídica comumente promovia aqueles que saíam em busca de riquezas, tal prospecto o induziu a subitamente mudar seu propósito. E assim aconteceu de eu ser afastado do estudo de filosofia e encaminhado aos estudos da jurisprudência. A essa

atividade me diligencieei a aplicar-me com toda fidelidade, em obediência a meu pai.

Contudo, em 1531, com a morte do pai, Calvino deixa os estudos de Direito mesmo sem ter terminado, mas a academia decide conferir-lhe o título de doutor em Direito (não se sabe ao certo, contudo, se aceitou). Assim, ele volta para Paris a fim de estudar literatura clássica. Até esse tempo, Calvino ainda vive sob os ensinamentos da Igreja Católica Romana ou, como ele mesmo disse, pelas “superstições do papado”. Talvez sua intenção fosse concluir o curso de Teologia, voltar para sua cidade e trabalhar na Igreja. Mas os propósitos de Deus nem sempre, ou quase nunca, são os nossos, o que valeu também para a vida de Calvino. Pouco se sabe sobre sua conversão, provavelmente tenha ocorrido entre 1532 e 1534. O que se sabe vem de seu próprio punho, quando do prefácio de seu comentário sobre os Salmos:

Inicialmente, visto eu me achar tão obstinadamente devotado às superstições do papado, para que pudesse desvenilhar-me com facilidade de tão profundo abismo de lama, Deus, por um ato súbito de conversão, subjugou e trouxe minha mente a uma disposição suscetível (CALVINO, 1999, p. 38).

Calvino foi uma pessoa aplicada em tudo o que fazia. Seu gosto e dedicação pelos estudos o habilitaram a ser também “o grande intelectual, o escritor profundo [...] que havia de ser, insuperável em sua época” (FERREIRA, 1985, p. 48). Com 23 anos escreveu sua primeira obra, uma edição comentada do livro de Sêneca, *De Clementia*. Depois vieram várias obras, sendo *As Institutas* a principal. Ainda quanto à quantidade de escritos de Calvino, temos: “Durante sua vida, Calvino escreveu mais do que a maioria das pessoas é capaz de ler. Além das *Institutas*, dos comentários e dos sermões, ele escreveu numerosos folhetos e tratados” (GEORGE, 1994, p. 188) Nesse mesmo sentido, Gouvêa (2000, p. 115) nos relata:

Dizer que Calvino foi um grande teólogo soa com um eufemismo tímido e impróprio. É bastante provável que Calvino tenha sido o maior e o principal teólogo cristão do todos os tempos. Tivesse toda a obra de Calvino se perdido, e nos restassem apenas as suas cartas, ainda assim ele teria de ser considerado um grande teólogo.

Ao lermos as obras de Calvino, devemos ter em mente seu pensamento, qual era realmente sua intenção ao escrever. Para Calvino, toda a nossa vida, e isso inclui o que fazemos, falamos ou escrevemos, deve ter o objetivo de glorificar a Deus. Ele mesmo escreve: “para que não pensemos, nem meditemos, nem façamos coisa alguma que não seja para a sua glória [de Deus]” (CALVINO, 2006a, p. 183).

Calvino, ao escrever seus sermões, comentários de quase todos os livros da Bíblia e cartas, além de *As Institutas*, tratava da situação do homem diante de Deus, de sua condição de pecador para com o Deus justo, mas também amoroso. Abordava ainda questões referentes ao cotidiano do homem, como os aspectos sociais, políticos e econômicos. Para Calvino, a glória de Deus era imprescindível na vida do ser humano. Todas as nossas atitudes com relação a Deus e aos nossos semelhantes devem manifestar a glória de Deus.

Depois de conhecermos um pouco a vida de Calvino, podemos discorrer sobre seu pensamento acerca da sociedade e do trabalho.

2. CONCEITO DE SOCIEDADE DE CALVINO

Até a época medieval, o pensamento corrente era de que o homem, para alcançar a felicidade e viver uma vida que agradasse a Deus, deveria se ausentar do convívio social, pois, assim, estaria livre da contaminação da sociedade, visto que o entendimento que pairava era de que a sociedade influencia e contamina o homem. Então, para que este pudesse viver uma vida de pureza, refugiava-se nos mosteiros, local destinado para se viver uma vida de contemplação e consagração, longe do convívio social.

De acordo com Calvino, não é a sociedade que influencia o homem, mas o inverso. Com base nessa lógica, o homem não deve viver uma vida de alienação e ausência da sociedade, mas influenciá-la:

O homem, por natureza, só é verdadeiramente homem na medida em que vive com outros homens. É nas relações com o outro que o homem se realiza. “O homem foi criado por Deus para ser uma criatura em sociedade” diz Calvino (BIÉLER, 1970, p. 19).

A sociedade, entretanto, está corrompida, afastada de Deus. Como pode o homem glorificar a Deus dentro dessa sociedade sem se corromper por e com ela? Para Calvino, “a sociedade é corrompida porque os indivíduos o são também” (BIÉLER, 1970, p. 20), ou seja, os homens é que são corrompidos, e, por sua vez, corrompem a sociedade, diferentemente do pensamento que considera o homem um ser bom, a quem a sociedade corrompe. Assim, Calvino foi buscar maior conhecimento do homem não somente com uma visão antropocêntrica, como outros humanistas faziam, mas também pela ótica de Deus, pois “a ciência de Calvino, por sua vez, é um humanismo teológico que inclui a um tempo o estudo do homem e da sociedade através do duplo conhecimento do homem pelo homem, de um lado, e do homem por Deus, de outro” (BIÉLER, 1970, p. 13). Calvino entende então que o problema da sociedade parte de dentro do homem, o que é justificado por seu afastamento de Deus.

Separando-se de Deus a fim de afirmar sua liberdade, o homem não se destrói apenas individualmente. Suas relações sociais também são pervertidas e toda sua vida em sociedade e suas trocas econômicas são desnaturadas. Imaginando encontrar sua liberdade fora de Deus, ele acaba sucumbindo na escravidão combinada de sua própria natureza, de sua vida sexual e afetiva e de seu trabalho. Torna-se o tirano de seu próximo toda vez que consegue evitar de ser seu escravo. Corrompem-se, assim, todas as hierarquias naturais. Vida conjugal, vida familiar e a sociedade interna são falsificadas pela queda do homem (BIÉLER, 1970, p. 19-20).

Nessa busca por conhecer melhor o homem, Calvino (2006b, p. 42) percebe que não há outra forma possível senão por meio do próprio Deus: “Por outro lado, é notório que o homem jamais chega ao puro conhecimento de si mesmo até que haja antes contemplado a face de Deus, e da visão dele desça a examinar-se a si próprio”. E, para que o homem possa chegar ao conhecimento de Deus, todos os esforços humanos não são suficientes. Deus se faz conhecer por meio de sua Palavra, a Bíblia, que “é o registro inerrante da Palavra de Deus, podemos dizer que, sem as Escrituras, jamais teremos um conhecimento verdadeiro de nós mesmos, do mundo e do próprio

Deus” (COSTA, 2004, p. 98). E com relação à mensagem contida nessa Escritura, temos:

Que diz essa Palavra de Deus a respeito do homem? Podemos apontar cinco aspectos na resposta a essa pergunta. Em primeiro lugar, ela diz ao homem quem ele era na origem, no desígnio de Deus, isto é, qual sua verdadeira natureza original. Em seguida, mostra-lhe que ele é agora, na sua humanidade atual, em contraste com sua natureza original. Em terceiro lugar, descreve-lhe como Deus se empenha por restaurar a humanidade na humanidade de seu filho Jesus Cristo. Ensina-lhe, a seguir, o que lhe acontece quando, aqui na terra, enquanto homem caído, ele se deixa alcançar por Deus para participar da restauração da humanidade em Cristo. E, por fim, indica-lhe o que ele será no mundo perfeito de Deus, no fim dos tempos, quando for plenamente revestido de sua nova natureza (BIÉLER, 1970, p. 14-15).

De acordo com Calvino, a Igreja Católica Romana se considerava a única mediadora entre Deus e o homem, ou seja, era a detentora da salvação. Em outras palavras, a Igreja dava a salvação, perdoava os pecados e redimia o homem com Deus. No entanto, para o homem alcançar todos esses benefícios, era necessário que ele pertencesse à Igreja. Mas, ao aprofundar seus estudos, Calvino (2006b, p. 73) nos mostra que somente Cristo é o mediador entre o homem decaído e Deus; é Cristo, e não a Igreja, quem faz a reconciliação entre Deus e o homem:

[...] na verdade foi especialmente outorgada a Moisés e a todos os profetas a incumbência de ensinar o modo de reconciliação entre Deus e os homens, donde também Paulo chama Cristo o fim da lei [Rm 10.4]. Contudo, outra vez o reitero, além da doutrina apropriada da fé e do arrependimento, que apresenta Cristo como o Mediador, a Escritura adorna de marcas e sinais inconfundíveis ao Deus único e verdadeiro, porquanto criou o mundo e o governa, para que ele não se misture com a espúria multidão de divindades.

Assim como Jesus Cristo, o filho de Deus encarnado, em sua trajetória aqui na terra, viveu na sociedade, relacionando-se com pessoas das mais diversas condições sociais, sem, contudo, ser influenciado. Devemos nós também viver na

sociedade sem nos deixar influenciar por ela, devemos, portanto, ser imitadores de Cristo, como afirma o apóstolo Paulo, em sua 1ª carta aos Coríntios, que devemos ser seu imitador, como ele era de Cristo. O próprio Cristo não veio para fazer sua vontade, mas a de seu Pai, como ele mesmo disse no Evangelho de João (6:38): “Porque eu desci do céu, não para fazer a minha própria vontade, e sim a vontade daquele que me enviou”.

Ao vir a este mundo para fazer a vontade do Pai, Cristo nos deu o exemplo, ao mostrar que nossas atitudes devem glorificar a Deus. Embora fosse igual a Deus, não se colocou na condição de igual, mas de inferior, pois, enquanto esteve na Terra, buscou apenas a glória do Pai, como ele mesmo nos diz: “Eu te glorifiquei na terra” (João 17: 22). Nesse sentido, Calvino (2006a, p. 185) nos fala “que não busquemos as coisas que nos agradam, mas as que agradam a Deus e que se prestam para exaltar a sua glória”.

Portanto, “o fiel não é chamado a deixar o mundo e a ingressar em um monastério, mas a ingressar plenamente na vida do mundo e, assim, transformá-lo” (MCGRATH, 2004, p. 263). Em outras palavras, o cristão deve, cômico da verdade e da vontade de Deus, participar das atividades sociais para mostrar ao mundo a vontade e a glória de Deus, deixando, assim, o mundo indesculpável diante de Deus. E isso deve ser feito por meio de nossas atividades diárias e de uma vida comedida. É dever do cristão influenciar a sociedade, bem como, segundo McGrath (2004), transformar o mundo em que vive, e uma das maneiras possíveis de isso ser realizado é pelo trabalho. Diante de sua visão de sociedade e de seu entendimento sobre o humanismo, Calvino resgata o verdadeiro conceito de trabalho.

3. O TRABALHO

Por meio do trabalho, Deus confere ao homem a oportunidade de glorificá-Lo pela vocação que Ele lhe confere. É também a maneira que Deus usa para dar a esse mesmo homem o sustento necessário, não só para si, como para os seus, e também para que a sociedade seja por ele beneficiada. Entretanto, com o pecado, o homem se corrompeu e teve sua visão de Deus embaçada. Agora o homem não consegue mais vê-Lo como antes, no Jardim do Éden.

O homem deturpou alguns conceitos estabelecidos por Deus, transformando aquilo que era virtude e benção em castigo e maldição. Entre esses conceitos, está o trabalho. Costa (2004, p. 117) nos traz algo bem interessante quanto à definição de trabalho:

Trabalho pode ser definido como o esforço físico ou intelectual, com vistas a um determinado fim. O verbo “trabalhar” é proveniente do latim vulgar *tripaliar*: torturar com o *tripalium*. Este é derivado de *tripalis*, cujo nome é proveniente da sua própria constituição gramatical: *tres & palus* (pau, madeira, lenho, estaca), que significava o instrumento de tortura de três paus e que também servia para “ferrar os animais rebeldes”. A idéia de tortura evoluiu, tomando o sentido de “esforçar-se”, “laborar”, “obrar”. Le Goff nos chama a atenção para uma conexão interessante: a condenação de Adão – que após a queda obteria o alimento em “fadigas” – e Eva – que daria à luz em meio de dores, dizendo: “A origem etimológica da palavra ‘trabalho’ aparece com um sentido particular na locução ‘sala de trabalho’, designando ainda hoje a sala de parto em uma maternidade”.

Na Idade Média, o trabalho era visto como maldição, como um castigo dado por Deus ao pecado do homem. Com base nesse pensamento, era também ensinado que cada um deveria “conservar-se na condição em que nasceu” (PIRENNE, 1982, p. 19), ou seja, o homem deveria contentar-se com sua situação social, pois isso teria sido algo proposto por Deus para a grande massa populacional que vivia em condição de pobreza. Era ensinado que seria nobre se contentar com essa situação, pois seria bem-visto aos olhos de Deus.

Isso significava que o trabalho não poderia constituir uma possibilidade de mudança de condição social, mas deveria apenas suprir as necessidades diárias, de forma a prover a subsistência. A Igreja Romana ensinava que “a renúncia do monge é o ideal a que toda a sociedade deve aspirar. Procurar riqueza é cair no pecado da avareza. A pobreza é de origem divina e de ordem providencial” (PIRENNE, 1982, p. 19).

Dito de outra forma, a Igreja ensinava que os pobres estavam sob a maldição de Deus e, por isso, deveriam trabalhar muito. Não poderiam aspirar a uma situação social mais favorável. Cabia-lhes trabalhar em submissão aos desígnios de

Deus. Quanto ao clero e às famílias ricas, como tinham sido agraciados por Deus, não deveriam trabalhar, pois todo o sustento viria do trabalho do povo. De acordo com Biéler (1999, p. 118), esses princípios da Igreja Romana estavam muito distantes dos fundamentos do cristianismo:

Em conseqüência de desvios do Cristianismo e da sociedade medieval, que haviam reassumido numerosas características da sociedade pagã antiga, a vida social afastou-se dos princípios fundamentais do Cristianismo. O trabalho, especialmente o trabalho criador de bens e riqueza, o trabalho manual, se não decaíra mais até o nível do trabalho servil da antigüidade, foi, todavia, considerado como uma necessidade temporal desprezível com relação aos exercícios da piedade. Os negociantes e banqueiros eram particularmente desconsiderados.

Estavam tão distantes dos fundamentos cristãos que desprezavam o trabalho e valorizavam a ociosidade. Podemos definir ociosidade como gastar o tempo inutilmente, mas, naquela época, “os eclesiásticos, no seu ócio e abstrações ‘teológicas’, é que tinham a prioridade, ocupando um lugar proeminente” (COSTA, 2004, p. 118).

Para que essa visão distorcida do trabalho fosse corrigida, a Reforma foi deveras importante. Segundo Costa (2004, p. 119), “a Reforma resgatou o conceito cristão de Trabalho”, e também “pode-se [...] dizer, com toda justiça, que Calvino conferiu ao trabalho sua dignidade” (BIÉLER, 1999, p. 126). Tanto Calvino como Lutero entenderam que o trabalho nos é dado por Deus, como uma vocação a ser realizada, e assim se torna benção em nossas vidas.

Na ética do trabalho, Lutero (1483-1546) e Calvino (1509-1564) estavam acordes quanto à responsabilidade do homem de cumprir a sua vocação através do trabalho. Não há lugar para a ociosidade. Com isto, não se quer dizer que o homem deva ser um ativista, mas sim, que o trabalho é uma “benção de Deus”. Lutero teve uma influência decisiva, quando traduziu para o alemão o Novo Testamento (1522), empregando a palavra *beruf* para trabalho, em lugar de *arbeit*. *Beruf* acentua mais o aspecto da vocação do que o trabalho propriamente dito. As traduções posteriores, inglesas e francesas, tenderam a seguir o exemplo

de Lutero. A idéia que se fortaleceu é a de que o trabalho é uma vocação divina. Calvino diz: “Se seguirmos fielmente nosso chamamento divino, receberemos o consolo de saber que não há trabalho insignificante ou nojento que não seja verdadeiramente respeitado e importante ante os olhos de Deus” (COSTA, 2004, p. 119).

Calvino mostra, em sua teologia, que não existe trabalho desprezível ou insignificante diante de Deus e que o homem, ao exercer sua vocação, seja ela qual for, deve crer que Deus a tem como algo valoroso. Assim, aquilo que antes era considerado maldição agora se tornava benção na vida das pessoas e, inversamente, o que a Igreja Romana considerava benção se tornava, ou, melhor dizendo, sempre seria uma maldição.

Já que o trabalho, sob a ótica calvinista, é obra pela qual o homem se realiza correspondendo à vocação que Deus lhe dirige, a ociosidade é vício que corrompe sua humanidade. O repúdio ao trabalho, assim como a preguiça, significa para o homem a negativa de corresponder à expectativa de Deus, uma forma de ruptura com ele. “A benção do Senhor”, escreve Calvino, “está nas mãos daquele que trabalha. É certo que a preguiça e a ociosidade são malditas por Deus” (BIÉLER, 1999, p. 126).

Percebemos até aqui a mudança radical de conceito: antes o trabalho era maldição, agora passa a ser benção; a ociosidade era virtude, agora é maldição. Da mesma forma que Calvino condena a ociosidade, ele condena o desemprego. Para Calvino, “o desemprego é um flagelo social que deve ser combatido e denunciado com extremo vigor. Isso porque privar um homem de seu trabalho é crime: equivale a tirar-lhe a vida” (BIÉLER, 1970, p. 51-52). Vemos que a ética de Calvino não é apenas uma utopia, uma teoria, ele, ao mesmo tempo que escrevia, agia. A ética de Calvino é prática, como nos mostra Biéler (1999, p. 128):

Sabe-se com que vigor Calvino se esforçou para pôr em prática o ensino espiritual e ético que ele ministrava cotidianamente, interveio constantemente junto às autoridades, tanto para eliminar a ociosidade quanto para combater o desemprego, que se tornava ameaçador quando os refugiados estrangeiros afluíam

para a cidade de Genebra. Foi em razão de suas insistências que o Pequeno Conselho, um dos conselhos da cidade, estimulou a criação de novas indústrias, como a tecelagem, depois as manufaturas de tecidos de seda para criar assim novos postos de trabalho e absorver o desemprego.

Entretanto, para que o homem possa exercer sua vocação e glorificar a Deus por meio do trabalho, faz-se necessário que ele interrompa momentaneamente sua atividade. O homem precisa “recarregar” suas forças para iniciar mais um período de atividade; ele precisa “deixar-se possuir por Deus e entregar-lhe o comando de seu próprio labor. Aí está o sentido e a importância do repouso, do sábado, dia santificado” (BIÉLER, 1970, p. 50).

Sendo Deus quem, na verdade, nos sustenta e não nós mesmos com nossas atividades, Ele apenas usa do trabalho para nos abençoar. Apesar de toda a tecnologia disponível, temos trabalhado várias horas por dia e, mesmo assim, não conseguimos realizar tudo o que planejamos. Percebemos que, embora haja tentativas de regulamentar o horário de trabalho dos trabalhadores, estes continuam trabalhando muito mais que o necessário, talvez com o objetivo de satisfazer as necessidades criadas pela tecnologia e pelo progresso. Assim nos parece que o homem não se dá conta de que é Deus quem realmente nos dá tudo de que precisamos. Para que não imaginemos que tudo o que temos provém de nosso esforço, devemos, assim, confiar em Deus e nos ater às suas palavras. Para isso ele nos manda descansar.

[...] pelo qual devem os fiéis descansar de suas próprias atividades para que deixem Deus operar neles. [...] quis ele que um dia fosse estabelecido no qual se reunissem para ouvir a lei e realizar os atos de culto. [...] ordenou um dia de repouso no qual se concedesse aos servos e aos que vivem sob o domínio de outros para que tivessem alguma relaxação de seu labor. [...] Importa que nos desativemos totalmente, para que Deus opere em nós, abrindo mão de nossa vontade, resignando o coração, abdicando toda a carne de seus apetites. Enfim, impõe-se abster-nos de todas as atividades de nosso próprio entendimento, para que, tendo a Deus operando em nós [Hb 13.21] nele descansemos (CALVINO, 2006b, p. 154-155).

Dessa forma, podemos perceber que Calvino propõe uma nova visão, ou melhor, a visão correta com relação ao trabalho. Entendemos que o trabalho deve ser realizado visando ao nosso bem e de toda a sociedade. Devemos obedecer à vocação que temos e desenvolver nossas atividades com alegria, pois isso é benção de Deus. Ao agirmos assim, não podemos admitir a ociosidade, porque isso afronta Deus, que nos deu uma vocação a ser exercida. Também, assim, é inconcebível o desemprego, pois isso impede que o homem, com sua atividade, glorifique a Deus. E para termos consciência de que não dependemos de nós mesmos, que nosso sustento não depende exclusivamente de nosso trabalho, no sentido de ser de nosso esforço, é nosso dever tirar um dia em sete para nosso descanso, reconhecendo, assim, que nosso sustento vem de Deus, que Ele nos dá o sustento por meio do trabalho.

4. A FRUGALIDADE

Na sociedade, o homem deve exercer sua atividade com sabedoria, para que isso seja benefício para todos. É importante que estejamos cientes de que nossa vida aqui na Terra é temporária, que estamos aqui somente de passagem, com vistas para a morada celestial, eterna. Calvino (2006b, p. 194) recomendou que vivamos uma vida moderada, sem extravagâncias:

Aquele que prescreve que deves usar deste mundo como se dele não usasses, aniquila não apenas a intemperança da gula na comida e na bebida, a moderada indulgência na mesa, na moradia, na indumentária, a ambição, a soberba, a arrogância, o enfado, como também todo cuidado e predisposição que te afaste ou impeça do pensamento da vida celeste e do zelo de nutrir a alma.

Calvino nos ensina a viver com paciência e moderação, e a razão disso é que, se soubermos suportar a pobreza, não seremos soberbos na riqueza, se assim aprouver e Deus nos conceder.

Aqueles a quem os recursos são limitados e escassos saibam carer deles pacientemente, para que não sejam atormentados por moderada cobiça. Aqueles que mantêm essa moderação

têm progredido não modestamente na escola do Senhor. Pelo contrário, o que neste ponto nada tenha aproveitado, dificilmente poderá provar que é discípulo de Cristo. Ora, além do fato de que muitos outros vícios acompanham o desejo das coisas terrenas, aquele que suporta a penúria impacientemente, na abundância também quase sempre manifesta a enfermidade contrária. Quero dizer que aquele que se envergonhar de veste modesta se vangloriará da luxuosa; aquele que não se contentar com uma ceia frugal se afligirá ante o desejo de uma refeição mais abundante; além disso, abusará desenfreadamente dessas suntuosidades, caso venha a apropriar-se delas; aquele que suportar relutantemente e de ânimo inconformado uma condição pobre e humilde, caso se cubra de honras, de modo nenhum deixará de ceder à arrogância (CALVINO, 2006b, p. 194-195).

Não podemos imaginar que Calvino, ao recomendar uma vida com moderação e frugalidade, entendia que o sofrimento e a tristeza agradassem a Deus, como um objetivo de vida. Pelo contrário, Calvino (2006b, p. 192) entende que as coisas por Deus criadas nos foram dadas não só para nossa necessidade, mas também para nossa satisfação e alegria.

Seja-nos este o princípio: não exagerar o uso dos dons de Deus quando se tem por meta que os mesmos foram criados e destinados a nós pelo próprio Criador, visto que os criou para nosso benefício, não para nosso detrimento. Por isso, ninguém manterá caminho mais reto do que aquele que diligentemente visualizar esse propósito. Ora, se ponderarmos a que fim Deus criou os alimentos, verificaremos que ele quis levar em conta não só a necessidade, mas também o deleite e alegria; assim, na indumentária, além da necessidade, foi seu propósito fomentar o decoro e a dignidade; nas ervas, árvores e frutas, além dos variados usos, proporciona a beleza da aparência e a suavidade do perfume.

Assim, o reformador entende que Deus, em sua benignidade, concede-nos o uso das coisas por Ele criadas, mas que elas não nos pertencem, continuam a pertencer a Deus, a quem teremos de prestar contas, como nos diz Costa (2004, p. 125): “A Bíblia nos ensina que todas as coisas nos são dadas pela benignidade de Deus e são destinadas ao nosso bem e proveito. Deste modo, tudo que temos constitui-se em depósito

do que um dia teremos de dar conta”. E nas palavras do próprio Calvino (2006b, p. 195): “Portanto, assim importa administrá-las para que aos ouvidos nos soe constantemente esta ordem: ‘Dá conta de tua mordomia’ (Lucas 16:2)”.

Calvino sempre recomendou uma vida moderada porque, neste mundo, sempre haverá pessoas ricas e pobres. Assim, entende ele que é dever dos ricos suprir as necessidades dos pobres. Com isso, Calvino (1995, p. 177-178) não quer dizer que haveríamos de ter uma igualdade por completo, que, apesar de ser direito do rico desfrutar de sua abundância, não deve fazê-lo com desperdício e luxúria, nem esquecer o pobre, de forma que este venha a padecer, conforme seu comentário de segunda Coríntios (8:15):

O Senhor não nos prescreveu um ômer ou qualquer outra medida para o alimento que temos cada dia, mas ele nos recomendou a frugalidade e a temperança, e proibiu que o homem exceda por causa de sua abundância. Por isso, aqueles que têm riquezas, seja por herança ou por conquista de sua própria indústria e labor, devem lembrar que o excedente não deve ser usado para intemperança ou luxúria, mas para aliviar as necessidades dos irmãos. Tudo o que possuímos é maná, seja de que fonte venha, desde que seja realmente nosso, já que as riquezas adquiridas por fraude ou por meios ilícitos não merecem o nome de maná, senão que, ao contrário, são codornizes enviadas por Deus em sua ira. E assim como o maná, que era acumulado como excesso de ganância ou falta de fé, ficava imediatamente putreficado, assim também não devemos alimentar dúvidas de que as riquezas que são acumuladas à expensa de nossos irmãos são malditas, e logo perecerão, e seu possuidor será arruinado juntamente com elas, de modo que não conseguimos imaginar que a forma de um rico crescer é fazendo provisões para um futuro distante e defraudando os nossos irmãos pobres daquela ajuda que a eles é devida. Reconheço, deveras, que não estamos limitados a uma igualdade tal que seria errado ao rico viver de forma mais elegante do que o pobre; mas deve haver uma igualdade tal que ninguém morra de fome e ninguém acumule sua abundância a expensas de outrem. O ômer do homem pobre será comida comum e uma dieta frugal, e a porção do homem rico será mais abundante, segundo suas circunstâncias; todavia, que seja de tal maneira que viva temperantemente e não prejudique a outrem.

Calvino era um homem que podia dizer isso com propriedade, pois, conforme visto, ele não ficava apenas na teoria, mas também possuía preocupação prática. Vejamos, por fim, alguns dizeres de Halsema (1968, p. 156-157) sobre Calvino:

Até o papa em Roma sabia que Calvino era pobre e preferia permanecer pobre. Pio IV, sucessor de Paulo III, falou assim quando Calvino morreu: “A força daquele herege veio do fato de que o dinheiro para ele era nada”. Não se conhecia tal atitude dentro da Igreja de Roma [...]. “Sou verdadeiramente rico”, disse Calvino, “porque estou abundantemente satisfeito com meus poucos recursos”. [...] No ano seguinte o Pequeno Conselho aprovou a seguinte resolução: “Resolve-se presentear Calvino com toda a mobília pertencente à cidade que ora se encontra em sua casa”. Calvino estava agora comendo na sua própria mesa e dormindo na sua própria cama!

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber, com base no que foi exposto aqui, que Calvino buscou nas origens não apenas os preceitos teológicos, mas também toda a conduta do ser humano. Para que o homem possa se conhecer, não lhe basta apenas a visão que tem de si mesmo, é fundamental que ele absorva também a visão do Deus criador do homem. Nesse sentido, Calvino nos mostra que o homem, para que possa satisfazer a vontade daquele que o criou e lhe vocacionou, deve exercer sua vocação para o benefício de toda a sociedade.

Em seu pensamento quanto ao trabalho, Calvino recupera o real sentido, diferentemente do que era apregoadado em seu tempo, quando o trabalho era considerado uma maldição, um castigo dado por Deus aos homens. Assim, todos aqueles que deveriam trabalhar eram considerados amaldiçoados, e isso caiu sobre a maioria da população, a classe pobre da sociedade. Ao resgatar o real valor do trabalho, Calvino proporciona uma mudança de pensamento e de atitude entre os trabalhadores, e disso se aproveitou muito bem a burguesia, disposta a se libertar do domínio de seus senhores e da própria Igreja.

Outra transformação provocada por Calvino foi a mudança no conceito de ociosidade, que até então era tida como virtuosa, um privilégio do clero, que vivia a contemplar e meditar sendo sustentado pelo trabalho do povo. Também a ociosidade era um direito do rico, pois este teria sido abençoado por Deus e, assim, não deveria trabalhar. Para Calvino, a ociosidade era algo maldito, e o trabalho, bendito, virtuoso. Da mesma forma, Calvino condena o desemprego, considerando-o um crime. Não se pode deixar o homem sem seu trabalho para dele tirar seu sustento e também poder ajudar a sociedade.

Nesse sentido, ele recomenda uma vida frugal, moderada, sem extravagâncias, e isso independe da atual situação social do homem: se pobre, deve ter uma vida com moderação; se rico, deve viver da mesma forma. É evidente que Calvino não quis dizer que tanto o rico como o pobre devem ter a mesma mesa, ele compreende que o rico tem o direito de ter uma mesa mais abastecida que a do pobre, mas isso não pode implicar que o pobre passe necessidade; é dever do rico, que possui maiores recursos, ajudar o pobre. Ele ensina ainda que, se o pobre souber suportar a penúria com paciência, não será arrogante e esbanjador se lhe for concedido ter abundância no dia de amanhã.

Diante desses ensinamentos, é fácil observar alguns críticos a Calvino, dizendo que este foi o criador ou, ao menos, o libertador do sistema econômico de sua época para o atual sistema capitalista. Contudo, Calvino não pode ser responsabilizado pelas atitudes dos demais seres humanos. Ao demonstrar a importância do trabalho e de uma vida moderada, ele quis mostrar que todos somos seres sociáveis e vivemos em sociedade, sendo assim dever de todos a ajuda mútua. É certo que, ao viver uma vida de acordo com os ensinamentos de Calvino, ocorrerá uma sobra, e esta deverá ser usada para suprir eventuais dificuldades futuras e também do próximo.

Quando Constantino determinou que o império fosse cristão, muitos se aproveitaram da situação e entraram para a Igreja, embora não tivessem nenhum compromisso com os ensinamentos verdadeiros que ela pregava. Da mesma forma, muitos se aproveitaram dos ensinamentos de Calvino e passaram a usá-los como forma de justificar suas atitudes, como enriquecer em detrimento de seus semelhantes. Esse, certamente, não era o pensamento de Calvino. Como prova disso, basta observarmos com dedicação seus pensamentos quanto ao empréstimo a juros,

porém esse assunto requer outro estudo, que poderá ser visto em outro momento.

THE ETHICS OF CALVIN IN THE WORK

ABSTRACT

Calvin, when dealing with the referring subjects to its time in Geneva, does not worry only about theological questions, but he understands he cannot deal with theology without also taking care of the social aspects. In this direction, it rescues the sensible truth of the work, had as curse at its time. Calvin sample that the work is a blessing and that the man must also use its vocation for the glory of God and for the benefit of the society. He also understands that in a society always he will have poor persons and rich and that these must live in such a way that makes possible the assistance to the needed ones, for this it recommend a thrifty life, where the human being living with moderation, will be able not only to be taken precautions for a time of shortage as well as will have to help its next one.

KEYWORD

Work; Average Age; Geneva; Idleness; Unemployment.

REFERÊNCIAS

BIÉLER, A. *O humanismo social de Calvino*. São Paulo: Edições Oikoumene, 1970.

_____. *A força oculta dos protestantes*. São Paulo: Cultura Cristã, 1999.

CALVINO, J. *Exposição de 2ª Coríntios*. São Paulo: Paracletos, 1995.

_____. *O livro dos Salmos*. São Paulo: Paracletos, 1999. v. 1.

_____. *As Institutas*. São Paulo: Cultura Cristã, 2006a.

CALVINO, J. *As Institutas*. 2. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2006b.

CERNI, R. *Historia del protestantismo*. 2. ed. Barcelona: El Estandarte de la Verdad, 1995.

COSTA, H. M. P. *Raízes da teologia contemporânea*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

FERREIRA, W. C. *Calvino: vida, influência e teologia*. Campinas: LPC, 1985.

GEORGE, T. *Teologia dos reformadores*. São Paulo: Vida Nova, 1994.

GOUVÊA, R. Q. A importância de João Calvino na teologia e no pensamento cristão. In: COLÓQUIOS. *O pensamento de João Calvino*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2000.

HALSENA, T. B. V. *João Calvino era assim*. São Paulo: Vida Evangélica, 1968.

MCGRATH, A. E. *A vida de João Calvino*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

PIRENNE, H. *História econômica e social da Idade Média*. 6. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.